



A RADICALIDADE DA POBREZA COMO EFEITO DA MODERNIDADE THE RADICALITY OF POVERTY AS AN EFFECT OF MODERNITY

Silvio Aparecido Redon¹

Eliane Christine Santos de Campos²

RESUMO: O artigo que ora apresentamos trata da pobreza expansiva enquanto fenômeno resultante do processo de ascensão e consolidação do capitalismo consubstanciado pela Revolução Industrial no século XVIII, período caracterizado pela modernização e pela alteração estrutural das relações sociais de produção com a erosão do feudalismo enquanto processo histórico e social. Sabe-se que a pobreza não é exclusiva desse modo de produção, mas é sabido também que ela adquire novas determinações e atinge grau e abrangência inéditos no cenário europeu a partir dessa quadra histórica. O caos se instaura nas cidades industriais nascidas em torno das grandes fábricas e denuncia os efeitos perturbadores dessa potencialidade expansiva das forças produtivas sob o comando do capital, contradição brilhantemente explorada por Marx. A revisão bibliográfica demonstra que a era do capital, dinamizando a modernidade no seio da sociedade, elevou a burguesia à condição de classe dominante e aprisionou a classe trabalhadora em uma condição de pobreza e exploração jamais experimentada anteriormente e que se perpetua na história.

PALAVRAS-CHAVE: modernidade; relações de produção capitalista; pobreza.

ABSTRACT: The article presented here deals with expansive poverty as a phenomenon resulting from the process of the rise and consolidation of capitalism embodied by the Industrial Revolution in the 18th century, a period characterized by modernization and the structural alteration of social relations of production with the erosion of feudalism, as a historical process and social. It is known that poverty is not exclusive to this mode of production, but it is also known that it acquires new determinations and reaches an unprecedented degree and scope in the European

¹ Assistente Social. Mestrado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Doutorando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: silvioredonks@hotmail.com

² Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: elianecampos@uel.br

scenario from this historical period. Chaos ensues in industrial cities, born around large factories, and denounces the disturbing effects of this expansive potential of productive forces under the command of capital, a contradiction brilliantly explored by Marx. The bibliographic review demonstrates that the era of capital, dynamizing modernity within society, elevated the bourgeoisie to the condition of dominated class and imprisoned the working class in a condition of poverty and exploitation never experienced before and that is perpetuated in history.

KEYWORDS: modernity, capitalist production relations; poverty.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto, resultado de uma revisão bibliográfica, é problematizar alguns pontos mais amplos da ideia de modernidade nos marcos da sociedade capitalista, priorizando a radicalidade da pobreza como um de seus resultados mais evidentes. Em seu bojo, o projeto modernizador trouxe a promessa e a possibilidade de emancipação humana, centrada na racionalização do homem em uma época de intensas mudanças na vida social. Mas o que se efetivou foi a permanência da cisão social, cuja dominação de alguns sobre a maioria se arrasta no percurso histórico.

A pobreza se faz presente como condição de vida para a maioria da população mundial. É um tema que não deve ser subestimado e muito menos descartado. Não era imaginado que, após vencidas as barreiras naturais e a ampliação da capacidade de transformação da natureza pelo homem, a medida em que este também se transforma ao criar novas necessidades a serem respondidas e, portanto, descobre novas potencialidades, haveria no mundo uma espiral crescente e incontrolável de acumulação de riqueza de um lado e, de outro, um polo de miséria e indigência. Diante da exploração e do progresso, é a isso que o capitalismo tem condenado o mundo.

Para atingir esse objetivo, sem ter a pretensão de dar cabo do tema, esse artigo se estrutura em dois momentos, além dessa introdução e uma breve conclusão: *O significado da Era Moderna e o domínio burguês*, em que se propõem expor o conceito de modernidade, nos reportando às transformações do modo de

produção material e espiritual da vida, ou seja a transição do feudalismo ao capitalismo no Ocidente, o que implicou em profundas mudanças na economia, cultura, na arte, ciência, na filosofia, entre outras, situando as consequências sociais desse evento e a estruturação da burguesia enquanto classe dominante. No tópico a seguir, *A pobreza moderna: o significado do domínio do capitalismo*, apresentamos as condições de vida dos trabalhadores no advento do capitalismo, marcada sobretudo pela pobreza extrema, e alguns elementos estruturais dessa sociabilidade.

O SIGNIFICADO DA ERA MODERNA E O DOMÍNIO BURGUESES

A modernidade, enquanto um acontecimento inicialmente europeu, é definida nas palavras de Giddens (1991, p. 11) como referência a “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em suas influências”. Portanto, a modernidade se alastra para além do continente europeu, indicando sua irrupção no tempo e no espaço. Analisando as reflexões de Harvey (2008), compreendemos que foi através dos esforços dos pensadores iluministas que o projeto da modernidade ganha terreno no século XVIII, objetivando o alcance da “emancipação humana e do enriquecimento da vida diária” (HARVEY, 2008, p. 23). Foi, sobretudo, um movimento secular que intencionava a libertação do homem, de revelar suas potencialidades através do rompimento da rigidez social e da propagação do conhecimento racional gerado socialmente, visando promover a desmistificação e dessacralização desse conhecimento e da vida social.

O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrio do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana (HARVEY, 2008, p. 23, grifos meus).

Para Bauman (2001, p. 9) a modernidade significou o que o autor denomina de “liquefação ou derretimento dos sólidos”. Essa caracterização dos fatos simboliza a contestação e a deposição do tradicional, do passado, materializado nas instituições altamente rígidas do Antigo Regime. O feudalismo, enquanto modo de organização da vida e da sociedade que perdurou por muitos séculos na Europa, era estruturado numa inflexível estratificação social baseada no privilégio do nascimento. A organização da economia impossibilitava a produção de excedentes para a troca fora dos feudos e o enriquecimento era condenado moralmente. Segundo Trindade (2011), a ideologia feudal e os laços senhoriais eram barreiras para a expansão do mercado, do trabalho assalariado e da produção de mercadorias – eram entraves aos interesses da burguesia.

Através de uma interpretação marxiana, a modernidade estabeleceu o papel determinante da economia como base da vida social. Para tanto, os constrangimentos da época anterior, que impediam o livre desenvolvimento social, foram os primeiros a serem destruídos: “o derretimento dos sólidos levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais. Sedimentou uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos” (BAUMAN, 2001, p. 10).

De fato, com a abertura de novos mercados as relações feudais já não conseguiam atender às crescentes necessidades. Desempenhando um papel revolucionário, a burguesia se firma como classe hegemônica quando do estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial. Esta classe depende, para sua existência, da contínua revolução das relações sociais de produção: *todas* “as relações sociais fixas e enferrujadas, com seu cotejo de noções e ideias antigas e veneráveis, se dissolvem; aquelas que as substituem envelhecem antes mesmo de se consolidarem” (MARX e ENGELS, 2007, p. 51). Para Harvey (2008), essa inconstância da modernidade dificulta a apreensão de uma continuidade histórica, que deve ser capturada em meio a esse furacão de mudanças e rupturas, não apenas em relação às condições históricas anteriores, mas também internas. A modernidade vai esfacelando o que estava rigidamente estabelecido e se mantém,

ela própria, instável quanto a novas mudanças³. Essa é uma característica da sociedade moderna, da “sociedade burguesa moderna” (MARX e ENGELS, 2007, p. 48). E o que representou essa sociedade e essa classe social no trânsito histórico, após o longo processo de erosão do feudalismo?

A burguesia, no curso de uma dominação de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas juntas. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, os telégrafos elétricos, o desmatamento de continentes inteiros, a navegabilidade dos rios, populações inteiras brotadas como por encanto – que século anterior poderia suspeitar que semelhantes forças produtivas estavam adormecidas no seio do trabalho social? (MARX e ENGELS, 2007, p. 52).

Mas o desenvolvimento das forças produtivas, que em dado momento se volta contra sua própria criadora⁴, veio acompanhado do surgimento dos modernos operários, os proletariados. Engels (2010) afirma que da Revolução Industrial inglesa, iniciada a partir da segunda metade do século XVIII, surge o proletariado como seu principal resultado; a expansão industrial demandava mais trabalhadores que, devido ao aumento salarial, emigravam das regiões agrícolas e centralizavam-se em vilas próximas às fábricas já instaladas. Com o estabelecimento de mais fábricas e a tendência aos baixos salários decorrente do excesso de oferta de trabalhadores, as vilas se expandem e formam as grandes cidades. É nesse processo de urbanização e industrialização que se evidenciam as consequências

³ Por essa inconstância da modernidade é que Bauman (2001) faz analogia com as mudanças no espaço/tempo se valendo de termos com “fluidez”, “liquidez”, “liquefação”. Os líquidos não se prendem às formas e estão preparados para alterações em seu estado. Essa mobilidade dos fluidos é relacionada à ideia de leveza.

⁴ Aqui os autores do Manifesto mencionam as crises comerciais periódicas que são desencadeadas pelo próprio regime burguês de produção e que ameaçam a existência dessa sociedade: as crises de superprodução. As medidas se voltam para a destruição violenta de parte das forças produtivas e ampliação ou intensificação da exploração dos mercados já existentes. Mas isso são alternativas paliativas e não definitivas, o que provoca a preparação de crises mais graves e mais poderosas e a limitação de formas para preveni-las (MARX e ENGELS, 2007, p. 53-54).

desse desenvolvimento para o proletariado que, em princípio do século XVIII, já representava três quartos da população do Império Britânico.

O operário moderno (...) ao invés de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, decaindo até mesmo abaixo das condições de vida de sua própria classe. O operário se torna um pobre e o pauperismo cresce muito mais rapidamente que a população e a riqueza (MARX e ENGELS, 2007, p. 60).

Segundo Netto (2011), o pauperismo, enquanto fenômeno novo resultante desse processo de industrialização, o qual vai ser designado de “questão social”, evidencia as novas dinâmica e radicalidade da pobreza, que “crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”⁵ (p. 153, grifos no original). Se a compreensão teórica da dinâmica da “questão social” só vem com a publicação de “O Capital” de K. Marx, em 1867, Engels⁶ (2010, p. 41-42) já indicava alguns pontos de sua face, a qualificando como “as verdadeiras condições de vida do proletariado, cuja situação é a mais visível manifestação de nossa miséria social, resultado dessa ordem social”, cuja solução seria a superação dessa mesma ordem. É o que fica evidente quando o autor diz que a alternativa a esse quadro é “tomar medidas capazes de dotar o conjunto do sistema social de uma nova base”.

De acordo com Bauman (2001), a irrestrita e irrefreável reprodução dessa nova ordem dominou a totalidade da vida humana, e o fez por meio de um

⁵ Não cabe aqui reiterar essa consequência do modo de produção capitalista. Essa análise é de responsabilidade de Marx (2017) que, a partir dos estudos da composição orgânica do capital e de suas alterações ao longo do processo de acumulação, evidencia o impacto desse mecanismo sobre a classe trabalhadora. Desse movimento Marx extrai a *Lei Geral da Acumulação Capitalista* em que o capital, ao criar riquezas de um lado, cria necessariamente a pobreza de outro. Consultar Capítulo XXIII de *O Capital*, Livro I. Essa análise marxiana revela a “anatomia da ‘questão social’” (NETTO, 2011, p. 157).

⁶ Interessante identificar no prefácio escrito por Engels (2010, p. 41-43), em março de 1845, para a *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, o uso indiscriminado da expressão “questão social” de que fala Netto (2011): ela é utilizada tanto por um jovem revolucionário numa lúcida compreensão da sociedade capitalista como também pelas “Associações para a Elevação das Classes Laboriosas” - nas quais a burguesia menospreza a “questão social” e que “incorporam as mais ridículas e absurdas opiniões sobre a situação dos operários” (ENGELS, 2010, p. 42).

mecanismo sutil, não agressivo: libertou os indivíduos das amarras que os impediam de exercerem suas liberdades de escolha e de agir. Mas na verdade não houve essa pura libertação: as pessoas foram desvinculadas das classes sociais então existentes para, através de seus próprios esforços, se realocarem nas classes sociais da nova ordem que determinam as suas condições de vida⁷. Segundo o autor, as pessoas se tornam livres para encontrar seu lugar e se alinharem a ele. Nada mais liberal que esse discurso.

Segundo Polanyi (2000, p.166), foi somente em 1820 que o liberalismo passou a representar os três dogmas clássicos – muito embora a deposição de uma fé cega no liberalismo econômico só tenha explodido na década posterior: “o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fugir de país a país, sem empecilhos ou privilégios”. Em resumo, e respectivamente, nos referimos ao mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre comércio. Foi um princípio econômico organizador de uma sociedade voltada à construção de um sistema de mercado.

O liberalismo traz para o centro do debate a questão do individualismo. Alimentado pelas ideias de David Ricardo e Adam Smith, o liberalismo prega que cada sujeito, agindo em prol de seus interesses econômicos e de acordo com sua individualidade, maximizaria o bem coletivo quando suas ações fossem somadas às da coletividade. A “mão invisível” garantiria o bom funcionamento do mercado, tido como o regulador por excelência da vida social. A intervenção estatal era repudiada, sendo aceita em casos extremamente pontuais.

⁷ Em relação à outras épocas, Marx e Engels (2007) analisam que a sociedade burguesa moderna não extinguiu os antagonismos de classes, mas substituiu as antigas por novas. Ocorreu uma simplificação em que a sociedade passou a se dividir cada vez mais em dois grandes lados contrários e de interesses conflitantes: a burguesia e o proletariado.

A liberdade individual é essencial ao desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção. Expressa nos direitos civis⁸, se refere à “livre movimentação e ao livre pensamento, à celebração de contratos e à aquisição ou manutenção da propriedade, bem como o acesso aos instrumentos necessários à defesa de todos os direitos anteriores (ou seja, o direito à justiça)” (SAES, 2000, p. 11). Todo esse aparato legal garantiu à burguesia a possibilidade de estabelecer contrato com o proletariado, oferecendo-lhe os meios de subsistência em troca de seu trabalho. Para Engels, (2010, p. 118), esse acordo é firmado “sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor de seu próprio destino”. Liberdade limitada, que serve a interesses particulares. “Bela liberdade, que deixa ao proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem”. (ENGELS, 2019, p. 118).

Toda a diferença com relação à escravidão declarada na Antiguidade consiste em que o operário moderno parece ser livre, uma vez que não é vendido de maneira definitiva, mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente – e não é vendido por um proprietário a outro, mas vende-se ele mesmo, porque não é escravo de um indivíduo, é escravo de toda a classe proprietária. No fundo, para o operário, as coisas não mudaram; se essa aparência de liberdade, por um lado oferece-lhe liberdade real, por outro lhe traz a desvantagem de ninguém lhe garantir a sobrevivência, de poder ser despedido pelo patrão a qualquer momento e ser condenado à morte pela fome a partir do instante em que a burguesia não interessa mantê-lo vivo (ENGELS, 2010, p. 121).

Aquela “libertação das irracionalidades e também do lado sombrio da nossa própria natureza humana” de que nos falara Harvey (2008, p. 23) e tão almejada pela modernidade, ficara somente num projeto. De fato, há um debate em torno de que esse fenômeno, levado a cabo pelos intelectuais iluministas, estava condenado a estabelecer um sistema opressor universal em nome da libertação humana, pois o domínio da natureza envolvia o domínio dos seres humanos. Bauman (2001, p. 10)

⁸ Os direitos civis compõem, ao lado dos direitos políticos e sociais, a noção de cidadania desenvolvida por Marshall, referência teórica fundamental para balizar uma análise sobre o assunto (SAES, 2000).

deixa entrever esse fatalismo ao dizer que esse “derreter os sólidos deixava toda a complexa rede de relações sociais no ar – nua, desprotegida, desarmada e exposta, impotente para resistir às regras de ação e aos critérios de racionalidade inspirados pelos negócios, quanto mais para competir efetivamente com eles”. Isso posto, a burguesia que dominara o proletariado em decorrência dessas relações, também se ausentava quanto à sua responsabilidade.

(...) a classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. Ela, que se sente forte, representante da nação, envergonhava-se de revelar aos olhos do mundo a chaga da Inglaterra; não quer confessar que se os operários são miseráveis, cabe à *ela*, classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade moral por essa miséria (ENGELS, 2010, p. 61, grifo no original).

A modernidade trouxe em seu bojo a efetivação de todas as possibilidades humanas até então não imaginadas. Possibilitou o rompimento com uma sociabilidade engessada, marcada pelo poder da Igreja Católica e a imobilidade social. Agora o homem, com sua razão, era o centro da sociedade num momento de intenso progresso e inovações. Marx e Engels, que colocaram os proletariados num pedestal de classe de base revolucionária, reconheciam essas conquistas que salvariam as pessoas da pura necessidade, estabelecendo um mundo de liberdade. Mas o que a história mostrou foi um outro lado. Populações atestaram (e isso se prolonga nos dias atuais) a violência do capitalismo e o poder destrutivo da “escassez” em um mundo de riqueza abundante, da pobreza sobre o homem, agora frágil diante da sociedade que forjou historicamente.

A POBREZA MODERNA: O SIGNIFICADO DO DOMÍNIO DO CAPITALISMO

Harvey (2008) nos informa que o modernismo, depois de 1848, foi um fenômeno essencialmente urbano, mantendo relações com a explosão do

crescimento das cidades, com a industrialização, a mecanização e os intensos movimentos de ordem política. Essa época, marcada pela conquista da liberdade individual, representou uma alteração estrutural das relações sociais.

De um lado, tínhamos sido libertados das cadeias da dependência subjetiva, tendo sido agraciados com um grau muito maior de liberdade individual. Isso, no entanto, fora alcançada às custas de tratar os outros em termos objetivos e instrumentais. Não havia escolha senão nos relacionarmos com os outros sem rosto por meio do frio e insensível cálculo dos necessários intercâmbios monetários capazes de coordenar uma proliferante divisão social do trabalho (HARVEY, 2008, p. 34).

Essa experiência urbana se vinculava à prática e ao pensamento, contribuindo para a “formação da dinâmica cultural de diversos movimentos modernistas” (HARVEY, 2008 p. 34). A partir da segunda metade do século XVIII, a tese presente nos discursos conservadores, e rejeitada categoricamente por Marx e Engels, de que os benefícios da modernidade se estenderiam à toda a população com o fim do feudalismo, não mais se faziam sustentáveis; “as disparidades de classe produzidas no âmbito do capitalismo se tornavam cada vez mais evidentes” (HARVEY, 2008, p. 37). As consequências diretas da industrialização nas cidades evidenciavam o quão distante as classes sociais estavam. À época, uma nova manifestação se torna presente e ao mesmo tempo denunciava a nova sociabilidade erguida sob o comando do capital: a *multidão*, que será capturada pelas lentes dos artistas desse período.

Bresciane (1984) aponta que a multidão em Londres e Paris foi considerada pelos contemporâneos como um fenômeno inquietante. Ela passou a ser um compromisso dos escritores do século XIX: a população queria ser reconhecida nos romances da época. Victor Hugo, Baudelaire, Zola e Eugène Sur na França e Charles Dickens e Edgar Alan Poe na Inglaterra, extrapolaram os ambientes fechados e familiares e se dispuseram a observar as cenas das ruas marcadas pela presença da multidão entre a confusão de edifícios, caracterizando a estética da sociedade. Esse quadro traz o despertar de sentimentos conflitantes, indo da

admiração ao temor. A autora constata que nos textos dos literatos utilizados para seu trabalho, investigadores sociais, médicos e administradores, expressam “o espanto e a geral preocupação ante a pobreza que a multidão nas ruas revela de maneira insofismável” (BRESCIANE, 1984, p. 9).

Permanecer incógnito, dissolvido no movimento ondulante desse viver coletivo; ter suspensa a ideia individual, substituída pela condição de habitante de um grande aglomerado urbano; ser parte de uma potência indiscernível e temida; perder, enfim, parcela dos atributos humanos e assemelhar-se a espectros (BRESCIANE, 1984, p. 11).

Na Paris dos anos 1800, ainda de madrugada, a cena é dominada pela multidão de trabalhadores. A noite expõe nas ruas criminosos e prostitutas, catadores de lixo, entre outros; uma cena de terror e medo nos becos escondidos atrás dos museus e palácios. Promiscuidade e agressão. Sobre Londres, além de todos os perigos da vida urbana e do “assustador contraste entre a opulência material e a degradação do homem” (p. 23), o que tornava a cidade absolutamente singular, Bresciane (1984,) aponta o ritmo acelerado de homens em suas ocupações e que desvendam o tempo útil do trabalho. Foi Thompson (1991) quem apontou o processo secular do disciplinamento do trabalho tão necessário ao capitalismo baseado na notação interna do tempo.

O autor supracitado parte da seguinte questão para seus estudos: “se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente – até que ponto isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?” (THOMPSON, 1991, p. 269). A proliferação do relógio acontecia ao passo que a Revolução Industrial exigia maior sincronização do trabalho⁹. Esse instrumento era necessário ao avanço do capitalismo pois possibilitava regular os novos ritmos da vida industrial.

⁹ Apesar dessa proliferação do relógio por volta de 1790, de madeira e baixa qualidade, no interior das fábricas os únicos permitidos a usar relógios eram os mestres e gerentes: estes, aliás, alteravam

Segundo os estudos de Ráo (2017), é no período do século XIV até meados do século XX que se estende o processo de conformação das noções dominantes de tempo (abstrato, criado pelo homem e medido em números), trabalho (assalariado) e de tempo de trabalho (regulado, disciplinar e medido pelo tempo abstrato) engendrado pelo capitalismo, concomitantemente à generalização do trabalho assalariado, isso sob a predominância da esfera econômica como determinante da vida social. O autor concorda com Thompson (1991) e enfatiza a necessidade de o capitalismo padronizar o trabalho de forma mais adequada a responder a lógica de acumulação do capitalismo, em que o trabalho passa a ser medido pelo tempo.

Essa imposição da disciplina¹⁰ não ocorreu sem resistência, mas de fato foi internalizada. Seguindo uma lógica puritana de santificação de todo tipo de trabalho e a máxima “tempo é dinheiro”, as sociedades industriais maduras são marcadas pela administração do tempo e a demarcação entre “trabalho” e “vida” através do rompimento da notação do tempo predominante anteriormente, baseada nas atividades familiares e domésticas. Sem a disciplina, não haveria a energia do homem industrial. Segundo Thompson (1991, p. 292), o discurso à época, era que a pobreza estava associada à preguiça¹¹.

frequentemente o marcador para antecipar e estender a jornada de trabalho. Isso não era segredo, mas os trabalhadores não ousavam transgredir a ordem e usar relógios por medo de serem despedidos (THOMPSON, 1991).

¹⁰ Thompson (1991) relata que o papel da escola também foi importante para a internalização do uso econômico do tempo. A educação deveria familiarizar as crianças com a rotina degradante da jornada de trabalho. Em 1770, William Temple defendia a institucionalização de crianças pobres nos asilos de pobres, que deveria ocorrer aos 4 anos de idade para trabalharem na manufatura e terem duas horas diárias de aula. “É considerável a utilidade de estarem constantemente empregadas, de algum modo, pelo menos durante doze horas por dia, ganhando o seu sustendo ou não: pois, por esse meio, esperamos que a nova geração fique tão acostumada com o trabalho constante que ele acabe por se revelar uma ocupação agradável e divertida para eles” (TEMPLE *apud* Thompson, 1991, p. 292).

¹¹ “Se o preguiçoso esconde as mãos no colo, em vez de aplicá-las ao trabalho, se ele gasta o seu tempo em passeios, prejudica a sua constituição pela preguiça e entorpece o seu espírito pela indolência”, o resultado só poderá ser a pobreza (Friendly advice to the poor – Conselho amigável dos pobres, Manchester, 1755: Clayton, J. *apud* Thompson, 1991, grifos no original).

Na verdade, não importava a quantidade de horas trabalhada, variando de “catorze a dezoito horas diárias” (ENGELS, 2010, p. 179). O aperfeiçoamento mecânico, tal qual a crise, trazia a miséria, fato evidenciado por Marx no capítulo “A lei geral da acumulação capitalista”, que compõe o Livro I de O Capital. A pobreza extrema dos bairros operários londrinos e arquitetonicamente escondidas, principalmente na cidade de Manchester e tão realisticamente descrita por Engels (2010), denunciavam um modo de produção explorador que usurpava não somente toda a riqueza produzida socialmente, mas a saúde e a vida dos trabalhadores.

Num desses pátios, logo na entrada, onde termina a passagem coberta, há um banheiro sem porta e tão sujo que os moradores, para entrarem e saírem do pátio, têm de atravessar um charco de urina e excrementos (...). Lixo e detritos amontoados por todos os lados, poças em vez de canaletas e um mau cheiro impede a um homem minimamente civilizado viver nesse bairro (ENGELS, 2010, p. 92-93. Descrição de bairros de Manchester).

Engels (2010, p. 130) relata que a ajuda aos que não trabalhavam, e não eram atendidos pela assistência, vinha de esmola dos operários: “a beneficência dos ricos é uma gota de água no mar, cujo efeito desaparece num instante”. As condições de vida da classe trabalhadora antecipam a morte: a falta de higiene e condições de saneamento, a alimentação, a habitação precária. O “suicídio” (p. 155) e a “embriaguez” (p. 165) se tornam alternativas à miséria.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é obvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (ENGELS, 2010, p. 69).

Dessa forma, aos trabalhadores restam a oferta da sua força de trabalho no mercado de trabalho a quem detém os meios de produção e subsistência e

conduzem o processo de exploração, centralizado na extração da mais-valia no decorrer do processo de trabalho, cuja primazia de condução pertence à burguesia. Mas isso é condicionado à procura do capitalista por força de trabalho na esfera da circulação: é deste a necessidade de investir ou não, em dado momento e numa variação quantitativa, em capital variável. É o capitalista que proporciona, ou não, a condição de explorado ao trabalhador, condição possível dada pela propriedade privada.

Ráo (2017, p. 19) nos esclarece que “o predomínio do tempo abstrato e a conformação do trabalho moderno se consolidam na sociedade moderna”, isso na transição do século XIX para o XX. O tempo de trabalho se apresenta como necessário à reprodução do capitalismo: é um dos sustentáculos do processo de acumulação, baseado na extração da mais-valia, e atua como regulador do modo de vida social. De um lado, é sobre o tempo de trabalho que o capital busca se valorizar e se reproduzir; de outro, a ética do trabalho, regulado e disciplinado, e sobre a qual se irradia a relação entre tempo e dinheiro, se estrutura em seu valor social.

A importância da regulação do tempo na sociedade capitalista se torna evidente quando analisamos o capital enquanto uma relação social de produção. Marx define capital como “valor em movimento”. Numa decomposição dessa definição, valor significa “tempo de trabalho socialmente necessário”. Seguindo essa lógica, o tempo que um trabalhador gasta, num processo de produção, produzindo mercadorias para serem vendidas e consumidas por outras pessoas, é uma relação de produção. Mas além da produção de mercadorias, esse processo produz uma condição de exploração. É a necessidade de enquadrar esse tempo às necessidades de maximização de expansão que caracteriza a sociabilidade burguesa.

Passados quase dois séculos da análise e denúncia social de Engels, a sociedade ainda se encontra no dilema de conviver, de forma constrangedora, com os efeitos de sua modernização. Além da vigência do capitalismo e das formas que esta busca para se perpetuar, as perturbações sociais se evidenciam e se generalizam entre as classes, entre países e no interior das classes e dos países.

Segundo o Banco Mundial¹², 3.4 bilhões de pessoas, quase metade da população mundial, luta para satisfazer suas necessidades mais básicas. E luta em circunstâncias extremamente adversas: uma pesquisa¹³ realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Fundação *Walk Free*, em parceria com a Organização Internacional para a Imigração (OIM), revela que, no ano de 2016, 40 milhões de pessoas no mundo foram vítimas da escravidão moderna. Para o mesmo ano, a OIT estima que cerca de 152 milhões de crianças, entre cinco e dezessete anos, foram submetidas ao trabalho infantil.

A promessa da modernidade encontrou seus limites nos próprios homens, em seus interesses e violência, na sua intransigência de criar e acumular riquezas sempre mais. E isso é feito, mas a custa de privação e subjugação de outros homens, do homem pelo homem, numa sociedade extremamente desigual e injusta, elevando a pobreza à patamares que comprometem padrões mínimos da existência humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamente, tratamos da questão da modernidade em linhas gerais. Como resultado poderíamos apontar outros tantos desdobramentos, tais como a evolução tecnológica ou as alterações culturais. Mas a questão da pobreza se mostra persistente e ampliada nessa conjuntura. Dentre todas as façanhas do homem, não fomos capazes de livrarmos as pessoas da simples carência alimentar em uma sociedade tão rica e desenvolvida, mas que limita o acesso irrestrito desses recursos à classe dominante. O domínio e a domesticação da grande massa

¹² Matéria publicada pela Organização das Nações Unidas – Brasil. Disponível em: << <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>>>. Acesso em abr. 2019.

¹³ Pesquisa publicada em 18/09/2017. Disponível em: << http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_575482/lang--pt/index.htm>>. Acesso em abr. 2019.

trabalhadora se mostraram efetiva sobre grande parcela da população a partir da sociedade moderna e de sua onda industrializante. O resultado: uma desigualdade que chega a ser sombria, que marca, estigmatiza, priva e mata.

Vale ressaltar que a pobreza aqui é entendida como decorrência do modo de produzir e reproduzir a vida em sua totalidade, elegido pelos homens em determinado tempo histórico. Rejeita-se, por tanto, os discursos de naturalização ou de culpabilização por suas causas. Decorre tão somente da busca por lucros e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida por parte da classe burguesa, detentora dos meios de produção e de subsistência, que constrange a grande parte da população das condições básicas de sobrevivência.

Realidade que talvez não se mostre tão evidente aos donos do poder, pois jogada, principalmente, para baixo do tapete de países pobres ou dos chamados em desenvolvimento. A justiça social não se efetiva; no jogo político e econômico a preferência ao trato desse quadro são políticas residuais, seletivas e ineficientes. A caridade e a ajuda se fazem presente (talvez quem sabe até para tranquilizar uma suposta consciência) já que isso é aceito: a justiça social promoveria igualdade e o rico prefere olhar de cima para baixo e manter seu poder de dominação na sociedade. Talvez devêssemos nos questionar sobre o tipo de sociedade que queremos: uma que é defendida por um falso discurso proveniente das altas classes, centrada na possibilidade de enriquecimento a partir dos próprios esforços, ou uma sociedade em que o enriquecimento exacerbado e centralizado não fosse possível, mas poderíamos viver com valores e possibilidades, direitos e conquistas sociais universais mais próximos à realidade das pessoas, isso ainda nos marcos do capitalismo.

A promessa de emancipação social do homem pelo controle e racionalização do conhecimento e do progresso se transformou num cenário de disputas políticas e econômicas, marcando o século XX de tragédias irreparáveis, como o nazismo e as Grandes Guerras Mundiais. A fome e a pobreza assolam o mundo. Ainda estamos vivendo o *reino das necessidades*, em referência à Marx, tão distante do *reino da liberdade* e da efetivação plena da vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRESCIANE, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**. O espetáculo da pobreza. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança. 17º ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escala, 2007.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- POLANYI, K. **A grande transformação** – as origens de nossa época. 2º ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RÁO, Eduardo Martins. Capitalismo e vida social moderna: tempo, trabalho e tempo de trabalho. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica – 13º Conferência Internacional de Histórias de Empresas, 2017, Niterói. **Anais...** Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017, p. 1 – 22.
- SAES, D. A. M. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, nº 16, 2003. p. 9-38.
- THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In:_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.